

## **Desenvolvimento Sustentável na Escala Local; a Agenda 21 Local como Estratégia para a construção da Sustentabilidade**

Ricardo Carneiro Novaes<sup>1</sup>

A aplicação da idéia de sustentabilidade local tem estado presente em diversas intervenções nos últimos anos, tanto no Brasil quanto no exterior. Este artigo busca analisar as premissas, possibilidades e limitações envolvidas nas reflexões e práticas da construção deste ideário. O estudo procura discutir as diferentes interpretações conferidas às noções de “desenvolvimento sustentável”, de “sustentabilidade ampliada”, e de “sustentabilidade local”, para, a partir de então, introduzir uma breve análise sobre o processo de elaboração das Agendas 21 Locais, intervenções estas comumente associadas a tais idéias.

As “Agendas 21 locais”, assim como outras práticas que se apresentam como voltadas à construção da sustentabilidade local estão, no nosso entendimento, referenciadas a duas dinâmicas centrais: a incorporação e ampliação da idéia de sustentabilidade, dada a inclusão de novas dimensões (econômica, política, social, institucional, cultural, ética etc.); e a (re)-emergência da esfera local, no contexto da modernidade. Neste cenário, o local é percebido, por muitos, como o espaço predileto e singular à realização da sustentabilidade, constituindo-se assim a base para a formulação da idéia de “sustentabilidade local” .

---

<sup>1</sup> Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental da Universidade de São Paulo PROCAM-USP. Mestre em Sociologia Unicamp. Engenheiro Agrônomo pela ESALQ-USP.

Temos como premissa que parte significativa das estratégias que privilegiam o local como o espaço privilegiado de intervenção frente à problemática socioambiental, contextualizam-se no processo corrente de apropriação e ampliação das idéias de “Sustentabilidade” e de “Desenvolvimento Sustentável”. Cabe, portanto, o resgate histórico acerca da formulação destas idéias.

É a partir do debate gerado em torno do “conceito” de Desenvolvimento Sustentável, conforme expresso no RELATÓRIO BRUNDTLAND, que iremos procurar entender o processo de sua contínua transmutação / ampliação, apontando para a formulação de “novas sustentabilidades”. Se de um lado, determinadas forças sociais tentam aprisionar a idéia de sustentabilidade dentro de uma ótica mais conservadora (incluindo-se aí a formulação do conceito de Desenvolvimento Sustentável tal qual apresentado no Relatório Brundtland), observamos que, em contraposição, forças críticas ao atual processo de desenvolvimento incorporam e ampliam o ideário da sustentabilidade, transformando-o em novas utopias.

É neste contexto que assistimos a emergência dos conceitos “Sociedades Sustentáveis” e “Sustentabilidade Ampliada”, terminologias estas que apontam para concepções potencialmente mais progressistas e críticas. A formulação destas “novas sustentabilidades” introduz no debate elementos vitais para o enfrentamento dos dilemas sócio-ambientais no contexto da modernidade, frente à globalização da economia e da mundialização da cultura.

A idéia de sustentabilidade, dentro desta ótica ampliada, passa a estar referenciada a outros conceitos, entre os quais os de democracia, participação, equidade, eficiência, cidadania, autonomia, descentralização, e pertencimento.

Temos assistido a um acúmulo de reflexões teóricas e de intervenções concretas as quais têm apostado na esfera local como o “locus” privilegiado para a realização desta sustentabilidade ampliada. Ao mesmo tempo, conforme veremos, a dimensão local é também valorizada como espaço de intervenção por forças não inovadoras que se pautam no discurso do desenvolvimento sustentável. Percebemos aí o processo de construção das matrizes discursivas dos projetos voltados à “Sustentabilidade Local”.

Os problemas ambientais não são prerrogativa de nossa época (McCORMICK,1992). De fato, tal processo mostra-se, ao longo da história da ocupação humana sobre o planeta, inerente à relação entre sociedade e natureza - provedora esta das bases materiais da vida.

Percebida inicialmente em sua dimensão local, a questão ambiental tornou-se evidente através do comprometimento dos “recursos naturais” – tanto de uso direto e indireto – considerados até então como inesgotáveis. Como exemplos deste processo histórico podemos citar, entre outros exemplos, a perda da

fertilidade natural dos solos agrícolas, a deterioração de mananciais hídricos, e a sensível redução dos estoques pesqueiros e de caça. A aceleração dos processos de apropriação/transformação, com seus conseqüentes impactos negativos, tem assumido um ritmo frenético e de intensidade desconhecida.

A forma e a velocidade com que os recursos naturais vêm sendo apropriados, transformados e destruídos, superior a capacidade de absorção destes impactos pelos ecossistemas naturais, tem explicitado um “descompasso” entre os ritmos da natureza e os ritmos da sociedade tecnologizada. A partir da segunda revolução industrial, quando se radicaliza o processo de apropriação e transformação da natureza, é perceptível um sensível agravamento deste quadro.

A consolidação do modelo urbano-industrial faz emergir dinâmicas altamente impactantes sobre os ecossistemas naturais e sobre a qualidade de vida das populações humanas. A contemporaneidade da questão ambiental aponta contradições estruturais do “modo industrial de produzir mercadorias” (Rodrigues, 1998). Compreendida desta forma, a crise que se apresenta não pode ser camuflada como um “acidente de percurso”, ou como desvio de um modelo, conforme apregoado pelo discurso “conservador-conservacionista”, comumente utilizado e/ou apropriado pelo pensamento neoliberal.

Os impactos decorrentes das formas e da intensidade de tal intervenção nos últimos 50 anos têm ocupado, necessariamente, um espaço de reflexão privilegiado em diferentes áreas do conhecimento.

No Brasil, a problemática ambiental, historicamente secular, teve sua dimensão ampliada a partir da década de 50, com a instalação do processo de industrialização periférica e suas conseqüências diretas no adensamento urbano.

No hemisfério Norte, mesmo antes da década de 60, a atenção com a questão ambiental já vinha ocupando um espaço inovador. A partir de 1960 uma série de acidentes explicita a vulnerabilidade dos ecossistemas naturais, frente aos avanços do modo industrial de produção (Guimarães, 1991).

Tais incidentes evidenciam, também, o então imenso desconhecimento da complexidade dos ecossistemas e de seus mecanismos naturais de auto-regulação. A partir deste contexto verifica-se, nos EUA e Europa, a formulação de análises críticas e questionadoras do modelo de desenvolvimento. O discurso conservacionista internacional incorpora novos elementos, consolidando a emergência de um “novo ambientalismo”, conforme apontado por McCormick (1992).

A percepção dos problemas ambientais como questão mundial, e não apenas localizada, começa a tomar uma dimensão mais ampla, explicitada pela utilização de tecnologias capazes de melhor mensurar os

graves impactos globais da ação humana sobre os ecossistemas e processos naturais. Dada a compreensão desta dinâmica globalizante da problemática ambiental - que desconhece fronteiras e limites administrativos - emerge, a partir dos anos 70, uma articulação internacional formalizada em diversos encontros e eventos voltados ao tratamento da questão. Amplia-se, a partir de então, e em escala mundial, leituras críticas quanto ao próprio processo de desenvolvimento, entendido este como ambientalmente insustentável.

Como decorrência deste processo, é apresentado em 1987 o Relatório Brundtland. O documento apontou a necessidade de se implantar estratégias ambientalmente adequadas, de modo a promover, em nível global, um desenvolvimento sócio-econômico equitativo, o chamado “Desenvolvimento Sustentável”. O conceito de Desenvolvimento Sustentável, expresso no RELATÓRIO BRUNDTLAND, é aquele que *“atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as gerações futuras atenderem às suas”*<sup>2</sup>.

As reflexões presentes no RELATÓRIO BRUNDTLAND, e em especial o conceito de “Desenvolvimento Sustentável”, serviram de fundamentação teórica às principais propostas levadas à Conferência das Nações Unidas para Meio Ambiente e Desenvolvimento - CNUMAD, realizada em 1992, na cidade do Rio de Janeiro. Dos diversos documentos internacionais assinados na Conferência, destaca-se a “Agenda 21”, elaborada como um plano de ação estratégica para o Desenvolvimento Sustentável Global, tendo como signatários 174 chefes de governo.

A “Agenda 21” apresenta-se como um instrumento que visa *“identificar atores, parceiros, e metodologias para a obtenção de consensos e os mecanismos institucionais necessários para sua implementação e monitoramento”*<sup>3</sup>.

Pesquisadores da temática socioambiental, assim como setores do ambientalismo, têm formulado consistentes críticas à Agenda 21 e ao Relatório Brundtland, por considerarem estarem estes documentos baseados em um conceito acrítico de Desenvolvimento Sustentável, conceito este, paradoxalmente *“consensual e desprovido de conteúdo”*.

A amplitude da noção de Desenvolvimento Sustentável proporcionou margem a múltiplas apropriações, muitas das quais antagônicas. O conceito de Desenvolvimento Sustentável, presente tanto na Agenda 21 como no RELATÓRIO BRUNDTLAND, aponta para a necessidade de se “alterar a qualidade do

---

<sup>2</sup> CMMAD - Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento - “**Nosso Futuro Comum**”, Fundação Getúlio Vargas, RJ, 1988. p.9

<sup>3</sup> SÃO PAULO. “**Agenda 21: Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento**”.. Secretaria de Estado do Meio Ambiente. Documentos Internacionais. 1997.

desenvolvimento”. Entretanto, muitos autores apontam para a possibilidade deste “novo conceito” estar contaminado, congenitamente, pelo tradicional ideário desenvolvimentista.

É neste sentido que VIOLA E LEIS (1991) observam que a linha mestra do RELATÓRIO BRUNDTLAND é, em parte, ainda derivada da concepção desenvolvimentista e modernizadora que se estendeu no pós-guerra.

Boa parte dos conceitos presentes no Relatório Brundtland e na Agenda 21 é depositária de uma concepção reformista, que visa, através desta estratégia, a sustentabilidade do capital. Paradoxalmente, o ideário do desenvolvimento sustentável é, ao mesmo tempo, utilizado por outros setores como o ponto de partida para fortes e contundentes críticas ao modelo atual de desenvolvimento.

O ideário originalmente presente tanto no Relatório Brundtland, quanto na Agenda 21, representa um projeto específico de sustentabilidade, formulado através de um processo de coalizão envolvendo forças econômicas, políticas e sociais hegemônicas, as quais têm, por sua vez, como objetivo, a manutenção das condições para a sua própria sustentabilidade. Entretanto, num contexto dialético, forças sociais antagônicas a este projeto re-apropriam boa parte das idéias contidas nestes documentos – principalmente a Agenda 21 – utilizando o próprio potencial mobilizador destas idéias como estratégia de crítica ao atual modelo de desenvolvimento. Assim, a idéia de desenvolvimento sustentável é ampliada e, ao lado das preocupações ambientais e econômicas, novas dimensões ganham destaque.

A construção do conceito de Desenvolvimento Sustentável, ao introduzir - mesmo que parcialmente - elementos econômicos, sociais e espaciais no debate ambiental, permitiu que a problemática socioambiental fosse, para um público cada vez mais amplo, percebida agora como uma questão não limitada meramente à proteção dos ecossistemas naturais, o que possibilitou posicionar a questão do desenvolvimento no eixo central dos debates.

A sustentabilidade - em seu sentido e ampliado - fica então vinculada à um conjunto de valores que extrapolam a mera preocupação com conservação dos recursos naturais.

Ao lado das dimensões ambiental e econômica, emergem componentes sociais, políticos e éticos. No campo político destacamos a preocupação com a democratização das instituições, com a participação popular, com a consolidação de uma cidadania ativa, e com a descentralização administrativa e política. Tais questões embutem uma concepção de Estado revigorado e fortalecido, agente e protagonista deste processo de construção da sustentabilidade.

A valorização do espaço cotidiano e da democratização e descentralização da gestão pública apontam, assim, para a esfera “Local” como o *locus* privilegiado para a Sustentabilidade Ampliada. É neste contexto contemporâneo que emergem tais propostas e estratégias de “novas sustentabilidades” as quais inovam ao abordar temas como democracia participativa, descentralização, eficiência, equidade, cidadania, autonomia, e pertencimento .

O entendimento das principais dinâmicas que regem as inter-relações entre as esferas local e global neste período contemporâneo, mostra-se fundamental para podermos analisar as diferentes práticas e intervenções voltadas à construção de sustentabilidade(s) local(is). O processo de (re) articulação entre o local e o global é apontado por GIDDENS (1991) como um dos elementos centrais para a compreensão da “alta modernidade”, a qual se manifesta, principalmente, por um re-arranjo espacial e temporal, onde o tempo e o espaço são agora relativizados. GIDDENS (1991:p.27)

Ao inventariarmos as principais estratégias vinculadas à construção de perspectivas sustentáveis no nível local, evidenciamos que tais intervenções são, em sua maioria, realizadas no território constituído pelos limites administrativos formais, sejam eles unidades federativas (estados), ou municípios, prevalecendo assim as delimitações político-administrativas.

Situado ante as limitações do micro-local - a rua, o bairro, o espaço do comunitário - e frente às impossibilidades político-administrativas do regional, o município tem se imposto como o espaço mais freqüente de intervenções voltadas à sustentabilidade local. Tal prerrogativa é dada, inclusive, e talvez principalmente, pela dimensão do poder político conferido à esfera municipal.

Esta preponderância do município não significa, necessariamente que, nestas práticas, a dimensão local / municipal seja de fato compreendida em sua complexidade, considerando-se as relações territoriais e reconhecendo a articulação e o imbricamento entre as diferentes esferas.

O município - “o espaço territorial e a esfera de governo mais próxima do cidadão”, JUNQUEIRA, (1995:p.216), tem recebido, na última década, tanto no Brasil, quanto em outras partes do mundo, um constante incremento nas suas responsabilidades e atribuições. Acompanhando esta tendência internacional, é cada vez mais presente no Brasil a ocorrência de estratégias de atuação de âmbito municipal que se apóiam no discurso da sustentabilidade. Como exemplo deste processo podem ser apontadas, entre outras, as iniciativas voltadas à construção de “Agendas 21” municipais, experiências estas alvo de nossa atenção especial. Além das “Agendas 21 Locais”, diversos programas também referenciados pelo discurso “sustentável” estão em desenvolvimento em centenas de municípios pelo país.

O discurso da sustentabilidade - em suas diferentes matizes - tem encontrado campo fértil no âmbito da gestão municipal. Esta progressiva formatação de políticas municipais “sustentáveis” é melhor entendida se analisada à luz dos recentes processos - político e administrativo - em construção no país, os quais apontam dois aspectos que merecem ser ressaltados: o fortalecimento do papel do município e a emergência de novos atores políticos.

Nos anos recentes, tanto no Brasil, quanto no exterior, surgem inúmeras políticas públicas valorizativas da dimensão local, baseadas em estratégias de planejamento participativo, e que gravitam em torno do polifônico ideário da sustentabilidade.

Procurando distinguir o processo de elaboração das “Agendas 21 Locais” de outras formas de planejamento, o Conselho Internacional para Iniciativas Ambientais Locais - ICLEI<sup>4</sup>, e o Departamento de Coordenação de Políticas de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas utilizou a seguinte conceituação de Agenda 21 Local:

*“A Agenda 21 Local é um processo participativo, multisetorial, para alcançar os objetivos da Agenda 21 no nível local, através da preparação e implementação de um plano de ação estratégica, de longo prazo, dirigido às questões prioritárias para o desenvolvimento sustentável local”. (ICLEI)*

A Agenda 21 Local se apresenta - em muitos casos - como um adequado instrumento para o planejamento participativo. O processo de construção de uma Agenda 21 Local pode, se bem conduzido, possibilitar que a comunidade, em conjunto com o poder público, reflita sobre suas dificuldades, identifique prioridades e movimente forças voltadas à transformação de seu cotidiano. No Brasil, a implementação de Agendas locais mostra-se promissora, apesar de ainda incipiente. Do ponto de vista quantitativo, se considerados os mais

---

<sup>4</sup> O ICLEI - Conselho Internacional para Iniciativas Ambientais Locais - é uma associação de governos locais, dedicada a prevenir e resolver os problemas ambientais locais, regionais, e globais, através da ação local. O Conselho conta com mais de 360 membros, incluindo cidades, estados e associações de municípios de todo o mundo. O ICLEI foi criado em 1990 como organização internacional dos governos locais para o meio ambiente, contando com o patrocínio do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), da União Internacional das Autoridades Locais (UIA), e do Centro de Diplomacia Inovadora. No Brasil são associados ao ICLEI os municípios de São Paulo, Santos, Angra dos Reis, Vitória, Rio de Janeiro, Curitiba, Porto Alegre, Betim e Niterói - municípios estes que, não por acaso, representam significativas experiências de elaboração de Agendas 21 Locais.

de 5.000 municípios brasileiros, tais experiências são ainda pontuais, não passando da casa de uma centena<sup>5</sup>.

Os temas tratados nas Agendas Locais estão ainda fortemente vinculados, e limitados, aos aspectos ambientais. RIBEIRO *et alii* (1997:p.244), ao analisarem o cenário brasileiro, observam:

*“Quantitativamente, parcela mínima de municípios, estados e regiões tomaram iniciativa para implementar a Agenda 21. Qualitativamente, a maioria das ações tem pouca abrangência e amplitude, centrando-se em aspectos específicos - relevantes e necessários - mas insuficientes para caracterizarem uma abordagem sistemática e ampla da implementação da Agenda 21”.*

Ao analisar os temas usualmente relacionados às Agendas desenvolvidas no Brasil, CRESPO, (1998:p.11) reforça a tese que, de modo geral, a Agenda 21 no Brasil, *“tem sido compreendida muito mais como uma agenda ambiental do que como uma agenda de desenvolvimento sustentável”*. Para a autora, tal limitação deriva, em parte, ao fato de boa parcela das experiências nacionais referentes à implantação das Agendas Locais estar fortemente vinculada aos órgãos gestores de meio ambiente.

No Brasil, conforme observado por CRESPO, o processo de elaboração das Agendas 21 Locais, diferentemente do ocorrido na Europa e nos Estados Unidos, tem se desenvolvido preferencialmente nos municípios de grande porte, muitos destes capitais de estado. A autora dá especial destaque às seguintes experiências desenvolvidas no Brasil: duas estaduais (São Paulo e Minas Gerais) e sete municipais (Rio de Janeiro, São Paulo, Santos, Curitiba, Vitória, Angra dos Reis, e Porto Alegre). São também merecedores de citação os processos de elaboração das Agendas Locais de Betim, Brasília, Volta Redonda, e região do Vale do Ribeira (SP).

---

<sup>5</sup> Não há mensuração exata e atualizada sobre o número de experiências de AG21L no Brasil. A amplitude dos conceitos envolvidos permite, muitas vezes, que diferentes práticas sejam - de acordo com as premissas do pesquisador - entendidas como AG21L ou não. Objetivamente, temos hoje algo em torno de 100 a 150 intervenções que se nomeiam e se reconhecem como “Agenda 21 Local”. CRESPO, 2001, em recente comunicação pessoal, apontou uma estimativa em torno de 350 AG21L executadas ou em execução no Brasil.

Se o mero inventário quantitativo destas experiências no Brasil já se mostra pouco preciso, as análises qualitativas são também, por sua vez, ainda extremamente incipientes. Os poucos relatos existentes, em sua maioria, carecem de uma análise crítica mais refinada. Boa parcela dos materiais impressos que tratam destas intervenções são de divulgação institucional, enaltecendo as práticas e os gestores públicos envolvidos.

Relatórios deste tipo de prática, mesmo quando de perfil acadêmico, são, em sua maioria, meramente descritivos. A fragilidade analítica destes documentos é também decorrente do fato de, em boa parte dos casos, os autores destes estudos estarem envolvidos diretamente na intervenção relatada, quer como consultores ou como membros das equipes responsáveis pela condução do processo de implantação destas intervenções. Esta proximidade pode, eventualmente, limitar tais estudos a relatos de experiências, desprovidos estes de uma discussão crítica acerca das premissas, limitações e possibilidades envolvidas no planejamento e na execução das Agendas 21 Locais.

As “Agendas 21 Locais”, concebidas e apregoadas como um dos mais adequados instrumentos para a construção da sustentabilidade local, carregam em si a multiplicidade de leituras derivadas do polifônico ideário da sustentabilidade. Percebemos uma grande variedade de propostas, projetos e programas, abrigados sob amplas noções – aparentemente consensuais – de desenvolvimento sustentável. Tais propostas buscam, através do processo de construção de agendas locais, uma forma de instrumentalizar e de conceber estratégias que dêem concretude às diferentes leituras presentes nestes ideários.

Tal como presente na "Agenda 21" - depositária fiel da noção de Desenvolvimento Sustentável tal como exposta no Relatório BRUNDTLAND - As suas versões nacionais e locais desse instrumento, são também, de modo geral, portadoras e representantes do mesmo ideário, reproduzindo-se assim uma carga ideológica pautada por críticas superficiais ao atual estilo de desenvolvimento.

Entretanto, em algumas experiências, há evidências de um processo dialético no qual a “Agenda 21” é (re)-apropriada - principalmente em suas versões Locais - por novos atores sociais, que a utilizam como estratégia para o tratamento de aspectos centrais e complexos que envolvem o tema da sustentabilidade ampliada. Emergem daí algumas experiências de “Agenda 21 Local” críticas ao atual modelo de desenvolvimento. Tais intervenções, ainda não generalizadas, mostram compreender a dimensão local como um foro privilegiado para a construção de um pensamento questionador e de alternativas sustentáveis que englobem e evidenciem a articulação das dimensões local e global.

As “agendas locais” podem, desta forma, configurarem-se como processos extremamente profícuos, espaços privilegiados para a reflexão crítica e para a compreensão das dinâmicas supra-locais, fomentando a construção de alternativas articuladas e pautadas na busca da sustentabilidade “ampliada e progressiva”.

Conforme também observado, o processo de elaboração de “Agendas 21 Locais”, quando entendido como “estratégia de planejamento participativo”, permite múltiplas orientações, com maior ou menor grau de criticidade ao modelo de desenvolvimento hoje empregado.

Destaca-se, assim, a heterogeneidade de experiências identificadas como “Agendas 21 Locais”.

Os diferenciais se revelam, primeiramente, na compreensão dada aos termos “desenvolvimento” e “sustentabilidade” utilizados para nortear as ações, e, em segundo plano, no entendimento sobre a função do “local” enquanto espaço privilegiado para a concretização e aplicação das noções acima citadas.

Quanto a esta compreensão do “local”, resgatamos algumas discussões anteriormente sinalizadas. Foram mapeadas duas vertentes extremas relacionadas ao “local”. A primeira delas entende este espaço como o “*locus*” adequado e privilegiado para a construção de alternativas sustentáveis e críticas ao atual modelo de desenvolvimento. A segunda entende o “local” também como espaço privilegiado, mas como estratégia para uma inserção econômica “positiva” no mundo globalizado. Concepção esta afinada com a noção de “pensamento único” neo-liberal e pouco crítica aos paradigmas do atual estágio de acumulação capitalista.

Entretanto, estas leituras extremas correm o risco de serem inadequadas e conceitualmente frágeis, posto ambas não incorporarem, necessariamente, o grau de complexidade envolvido na articulação das dimensões local e global.

Sem esta compreensão, o local é muitas vezes sobre-valorizado, mascarando a multiplicidade das relações sociais, econômicas e políticas do mundo globalizado contemporâneo. A sobre-valorização da esfera local pode tender a camuflar a complexidade das relações sócio-espaciais e sócio-ambientais, presentes na contemporaneidade. Tal lógica tem como base a falsa premissa de que “*a comunidade global é um reflexo das tendências e escolhas feitas nas comunidades locais do mundo*”, apregoada em “manuais” de implantação de Agenda 21 Local.

Breve inventário de práticas identificadas como “Agenda 21 Local” revela, conforme observado, uma enorme diversidade de concepções.

As premissas envolvidas em cada intervenção - principalmente a compreensão da idéia de sustentabilidade, grau de entendimento da complexidade da interação das dimensões local e global - dão as diretrizes específicas de cada experiência.

Frente as particularidades de cada intervenção, a experiência demonstra que, mesmo quando concebido dentro de uma ótica conservadora, o processo de elaboração de "Agendas 21 Locais" pode possibilitar momentos de reflexão coletiva e introjeção de conceitos mais críticos e transformadores da sociedade, utilizando a noção de sustentabilidade ampliada e progressiva. Neste sentido, não é raro assistirmos a agentes públicos fomentarem processos "participativos" - quer seja por modismo, demagogia, ou até por falta de clareza política - e, no decorrer das discussões, perderem a condução política do processo, frente às demandas da sociedade civil organizada.

Temos, nos anos recentes, assistido a diferentes processos de "planejamento estratégico participativo" - muitos destes bem elaborados, e referenciados espacial, social e temporalmente. Alguns destes atendem pelo nome de "Agenda 21 Local". Outros tantos se utilizam outras denominações, o que não lhes tira qualquer mérito.

Paralelamente, também como já observado, outras tantas experiências, formalmente nomeadas como "Agenda 21 Local" podem significar um mero exercício de demagogia, representando assim pouco ou nenhum avanço em termos de inovação em políticas públicas. Entretanto, de modo geral, quando focada na esfera local - mesmo tendo em conta os limites de municípios ou até mesmo de bairros - as experiências de planejamento e de intervenção participativa possibilitam campo fértil para a reflexão sobre a realidade. Pode permitir, ao mesmo tempo, o afloramento e a canalização de esforços voltados a transformação desta realidade. Diversos fatores fortalecem esta opção privilegiada pela ação local.

Na esfera local os conceitos de espaço, território, e territorialidade ganham concretude, evidenciando os processos de produção e consumo espacial, questão esta fundamental para a compreensão da dimensão ambiental, e comumente mascarada quando referenciada às dinâmicas ambientais globais. Da mesma forma, na esfera local as tensões sociais, dadas pelas formas diferenciadas de apropriação dos recursos naturais, são mais dificilmente camufladas. Outro elemento que pode, então, potencializar a importância da intervenção "local" é o fato desta se manifestar no cotidiano, no "mundo vivido" das pessoas.

Cabe salientar que reconhecer as potencialidades da dimensão local não significa cair no engano de sobre-valorizarmos esta esfera, desconsiderando a complexidade dada pela articulação entre o local e global.

Logo, tais práticas devem ser analisadas criteriosamente, atentando-se para as formulações que sustentam essas intervenções e observando a capacidade destas iniciativas em compreenderem a complexidade envolvida na imbricação das esferas local e global.

## **Bibliografia:**

- ALBAGLI, S. **Globalização e Espacialidade**. "Globalização & Inovação Localizada: experiências de sistemas locais no Mercosul", José Eduardo Cassiolato e Helena Maria Martins Lastres (editores), Brasília: IBICT/MCT, 1999
- ALBERTI, M. Conferência: **Sustentabilidade e Gestão Urbana**. Cidades Sustentáveis - memória do encontro preparatório. São Paulo: SMA, 1997.
- ARRAES, N.A.M., "**Desenvolvimento Sustentável e a Participação nos Processos de Agenda 21 local Brasileiros**". Campinas, SP, 2000. Tese (Doutorado em Engenharia Civil). Faculdade de Engenharia Civil. Universidade Estadual de Campinas.
- BORN, R.H. "**Os Assentamentos Humanos e a Agenda 21**". Vitae Civilis Instituto Para o Desenvolvimento, Meio Ambiente e Paz. São Paulo: 1994.
- BRASIL, Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Nacional. "**Agenda 21 Brasileira - Bases para Discussão**". Brasília: MMA. 2000.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Consórcio Parceria 21. **Documento Cidades Sustentáveis; Formulação e Implementação de Políticas Públicas Compatíveis com os Princípios de Desenvolvimento Sustentável Definidos na Agenda 21**. Brasília: MMA. 1999.
- CMMAD - COMISSÃO MUNDIAL PARA O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO - "**Nosso Futuro Comum**", RJ: Fundação Getúlio Vargas. 1988.
- CRESPO, S. "**Desenvolvimento Sustentável: as ONG's devem se engajar na elaboração das agendas 21 locais**". Revista Proposta N. 77. "Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável". Junho/Agosto 1998. Publicação Trimestral da Fase. 1998.
- CRESPO, S. "**Cidades Saudáveis; memória do encontro preparatório**". SMA - Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo. São Paulo: SMA. 1997.
- DOWBOR, L. "**Descentralização e Meio Ambiente**" Para Pensar o Desenvolvimento Sustentável. Bursztyn, M. (org.). São Paulo: Ed. Brasiliense. 1994.
- FERREIRA, LEILA. C., "**A Questão Ambiental; Sustentabilidade e Políticas Públicas no Brasil**". São Paulo: Ed. Boitempo. 1998 .
- FERREIRA, LÚCIA C. "**Conflitos sociais contemporâneos: considerações sobre o ambientalismo brasileiro**". Ambiente e Sociedade. Ano II (5). Campinas: Nepam. 1999
- FRANCO, A. "**Por que precisamos de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável?**". Revista Século XXI. N.º 03. Separata. Brasília: Millenium - Instituto de Política, 2000.
- FRANCO, A. "**Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável; Dez consensos**"; PROPOSTA - Revista Trimestral de Debate da FASE - Nº 78 ; Rio de Janeiro: FASE. 1998.
- GIDDENS , A. "**As Conseqüências da Modernidade**". São Paulo: Ed. Unesp. 1991.
- GUIMARÃES, R. "**Aterrizando una Cometa; Indicadores Territoriales de Sustentabilidad**". Instituto Latinoamericano y del Caribe de Planificación Económico y Social. ILPES .Dirección de Políticas y Planificación Regional. Documento 18 / 98. Santiago. 1998-a.
- HARVEY, D., "**A Condição Pós-Moderna**". São Paulo: Ed. Loyola. 1992
- HERCULANO, S. "**A Qualidade de Vida e seus Indicadores**". In Ambiente e Sociedade. Ano I (2). Campinas: Nepam. 1998.

- IANNI, O. "**Globalização e Diversidade**". Incertezas da Sustentabilidade na Globalização. FERREIRA, L.C. & VIOLA, E. (org.). Campinas: Ed. Unicamp. 1996.
- LEFF E. "**Los nuevos actores del ambientalismo**", Ambiente e Sociedade. Ano I (2). Campinas: Nepam. 1998.
- LEROY, P. "**Novos Atores Sociais, Desenvolvimento Sustentável e Organizações Não Governamentais**". A Geografia Política do Desenvolvimento Sustentável. Becker, B. & Miranda, M. (org.). Rio de Janeiro: Ed. UFRJ. 1997.
- MALTA, C. "**Seminário Implementação dos Compromissos da Rio 92: as Ações da Agenda 21 para Saúde, Saneamento e Assentamentos Humanos**". São Paulo, abril de 1994.
- MCCORMICK, J. "**Rumo ao Paraíso; a história do movimento ambientalista**". Rio de Janeiro: Ed. Relume Dumará, 1992.
- MEADOWS, D. H. "**Limites do Crescimento**". São Paulo: Ed. Perspectiva. SP. , 1973.
- PAEHLKE, R., "**Environmentalism And The Future Of Progressive Politics**". New Haven and London: Yale University Press. 1989.
- PHILIPPI JR., A. et al. "**Agenda 21 Local Como Instrumento de Gestão, Educação, e Participação Popular**". Anais do XXVI Congresso Interamericano de Ingeniería Sanitaria y Ambiental. Lima, Peru. 1998.
- PNUD, PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO – "**Desarrollo Humano en Chile, 1998: Las paradojas de la modernización**". Santiago de Chile. PNUD. 1998.
- PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. Secretaria Municipal de Meio Ambiente. "**PEQUENO GUIA DA AGENDA 21 LOCAL**" Rio de Janeiro. RJ. 1996.
- RIBEIRO, A. C. T. "**Poder Local: riscos de simplificação**" Revista Tempo e Presença. Ano 22. N. 311. Maio/junho 2000. Koinomia Presença Ecumênica e Serviço. Rio de Janeiro. 2000.
- RODRIGUES, A. M., "**Produção e Consumo do e no Espaço Urbano**". São Paulo: Ed. Hucitec, 1998-b.
- ROLNIK, Raquel., "**Cidades Saudáveis; memória do encontro preparatório**". SMA - Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo. São Paulo: SMA. 1998.
- RIBEIRO, M. A.; PHILIPPI Jr, A. ; BRITO, M.A.W. . "**Ações Voltadas para a Implementação Regional da Agenda 21**". Rio 92 Cinco Anos Depois; Avaliação das ações brasileiras em direção ao desenvolvimento sustentável cinco anos após a RIO-92. Memória do Workshop. Embú, SP. Brasil. 1997.
- SACHS, I., "**Estratégias de Transição para o Século XXI**". Para Pensar o Desenvolvimento Sustentável. Bursztyn, M. (org.). São Paulo: Ed. Brasiliense. 1994.
- SANTOS, M. "**O Território e o Saber Local: algumas categorias de análise**". Cadernos IPPUR. Ano XIII. N.º 2. Rio de Janeiro: IPPUR. 1999.
- SÃO PAULO. Secretaria do Meio Ambiente. "**Agenda 21 - Conferência das nações Unidas Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento; Rio de Janeiro, 1992**". Série Documentos Ambientais. São Paulo: SMA. 1997.
- SÃO PAULO. Secretaria do Meio Ambiente. "**Publicação Memória do Encontro Cidades Sustentáveis 1997**". São Paulo: SMA. 1998.
- TELES, V. "**Sociedade Civil e a Construção de Espaços Públicos**". Anos 90; Política e Sociedade no Brasil. Dagnino, E. (org.), São Paulo: Ed. Brasiliense. 1994.

VIOLA, E. "***A multidimensionalidade da globalização, as novas forças sociais transnacionais e seu impacto na política ambiental brasileira***". Incertezas da Sustentabilidade na Globalização. FERREIRA, L.C. & VIOLA, E. (org.). Campinas: Ed. Unicamp. 1996..p.35